

## MARIA FIRMINA DOS REIS E A LITERATURA DAS DIÁSPORAS<sup>1</sup>: UMA LEITURA DO ROMANCE *ÚRSULA*

*MARIA FIRMINA DOS REIS  
AND THE LITERATURE OF  
DIASPORES: A READING OF  
ÚRSULA ROMANCE*

**Tereza Ramos de Carvalho<sup>2</sup>**  
**(UFMT)**

**Isadora Barreto Bacchin<sup>3</sup>**  
**(UFMT)**

---

<sup>2</sup> Dr.<sup>a</sup> em Literatura pela UnB, 2013, Professora do Curso de Graduação em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Campus Universitário do Araguaia desde 2014, e pesquisadora em Literatura na linha de pesquisa Crítica da História Literária. E-mail: tcrtereza18@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduanda em Letras e Bolsista de Iniciação científica do Projeto de Pesquisa *Literaturas de Língua Portuguesa: Interculturalidade e Descolonização*, na Universidade Federal de Mato Grosso, campus Araguaia. E-mail: bacchinisadora@gmail.com

**RESUMO:** O presente artigo tem como escopo analisar o romance *Úrsula*, da escritora Maria Firmina dos Reis como literatura das diásporas. A obra está inserida num contexto em que a prosa de ficção do século XIX voltava-se à problematização de questões que ainda hoje são relevantes para a literatura contemporânea ao denunciar os dramas sociais aos quais a mulher e o negro eram submetidos. Sob essa perspectiva, para melhor compreensão do cenário histórico brasileiro e da literatura produzida por mulheres no século XIX, no caso da autora, mulher negra, nordestina e de origem humilde, a análise perpassa os estudos sobre a cultura colonial e pós-colonial e da diáspora negra no Brasil. Este trabalho é resultado de estudos realizados durante o Projeto de Pesquisa Literaturas de Língua Portuguesa: Interculturalidade e Descolonização, de participação em seminários, em leituras e análise da narrativa, observando os aspectos temáticos tais como: gênero, negritude, o papel submisso da mulher na sociedade conservadora do Brasil pós-colonial. Para embasamento teórico, utilizamos Stuart Hall (2003), Albuquerque e Fraga Filho (2006), Juliano Nascimento (2009), Melissa Mendes (2013), além leituras complementares, fichamentos e resenhas de artigos científicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura das diásporas, Cultura Colonial, Literatura produzida por Mulheres.

**ABSTRACT:** This article objectives to analyze the novel *Úrsula*, by the writer Maria Firmina dos Reis as diasporas literature. The work is inserted in a context in which the prose of XIX century fiction turned to the problematization of questions that are still relevant to contemporary literature today by denouncing the social dramas to which the woman and the black were submitted. From this perspective, in order to better understand the Brazilian historical scenario and the literature produced by women in the XIX century, in the case of the author, a black, northeastern and humble woman, the analysis goes beyond the studies on colonial and postcolonial culture and black diaspora in Brazil. This work is the result of studies conducted during the Research Project

*Literaturas de Língua Portuguesa: Interculturalidade e Descolonização* of participation in seminars, reading and narrative analysis, observing thematic aspects such as gender, blackness, the submissive role of women in society. conservative postcolonial Brazil. For theoretical basis we used Stuart Hall (2003), Albuquerque e Fraga Filho (2006), Melissa Mendes (2013), Juliano Nascimento (2009), as well as complementary readings, bookings and reviews of scientific articles.

**KEY WORDS:** Diasporic Literature, Colonial Culture, Literature produced by Women.

## Introdução

A história da Literatura brasileira é dividida em dois grandes períodos que acompanham a evolução política, econômica e social do país as quais são denominadas de Era Colonial que acompanha os três primeiros séculos de colonização da terra, de exploração das riquezas da terra, do aprisionamento e escravização do indígena e, em escala maior, período de tráfico de negros da África, da diáspora forçada, para o trabalho escravo. Na Era Nacional identificam-se dois aspectos: o político no contexto da independência política do Brasil em 1822, e o literário com início do Romantismo, em 1836. Percebe-se que, inseridos nesse contexto, as obras românticas de muitos intelectuais como Gonçalves de Magalhães, Joaquim Nabuco e Machado de Assis em suas versões regional ou urbana, podem ser exemplos do impulso didático-pedagógico que norteava os projetos literários dos escritores brasileiros da primeira metade do século XIX, uma vez que sugerem em seus textos modelos de heróis, ou apontam vilões, ou propõem especificidades da língua portuguesa, ou pela exaltação de elementos da terra brasileira, ou ainda na tentativa de inserção de seus rostos e textos na tradição escrita ocidental. Antonio Candido (1997, p. 11) compreende que a independência política do Brasil “desenvolveu

no romance e no teatro, o intuito patriótico [...], na mesma disposição profunda de dotar o Brasil de uma literatura equivalente à europeia, que exprimisse de maneira adequada a sua realidade própria, ou como então se dizia uma literatura nacional.”

Nessa tradição literária, com traços de europeização, é preterido o papel do negro, uma vez que pertencia a grupos étnicos desprestigiados. Talvez por essa razão, entram em cena outros escritores pouco conhecidos até a atualidade. Alguns, mais utopistas, apresentam uma visão distanciada da cultura europeia e suas obras configuram-se em textos nos quais o negro ou o descendente de negro, reconhecido como tal, é personagem ou que aspectos ligados às vivências do negro na realidade histórico-cultural do Brasil se tornam assunto ou tema. Muitas dessas obras destacam a relação de desprestígio que a sociedade escravagista franqueava aos grupos étnicos. Quanto à figura feminina, os escritores as inserem em muitas obras, destacando que assim como no contexto da sociedade brasileira, ao qual a narrativa se insere, os papéis de homens e mulheres na cena literária eram bem definidos. Dentro e fora dos livros, o espaço da mulher era restrito à casa e à família. O direito à educação e ao ato de escrever eram substancialmente destinados a homens. Segundo Norma Telles:

Para a mulher escrever dentro de uma cultura que define a criação como dom exclusivamente masculino, e propaga o preceito segundo o qual, para a mulher, o melhor livro é a almofada e o bastidor, é necessário rebeldia e desobediência aos códigos culturais vigentes. (TELLES, 1989, p. 75)

Desse modo, observa-se que na sociedade patriarcal (como na contemporânea), para a mulher se sobressair fora desse contexto citado por Telles (1989), carece romper tais paradigmas. Nesse sentido, reconhece-se o esforço e a coragem de Maria Firmina dos Reis ao romper a barreira de exclusão das mulheres no mundo

machista e branco de classe média das letras com o romance *Úrsula* (1859), marco da sua carreira literária.

Além de escritora, Maria Firmina do Reis atuou como jornalista, musicista e professora primária de uma escola mista e gratuita no município de Guimarães, estado do Maranhão. Uma mulher à frente de seu tempo, pois, mesmo vivendo em uma sociedade patriarcalista, machista e escravocrata, a escritora denunciou os dramas vividos por mulheres e negros no período pós-colonial, revelando, assim, sua veia abolicionista.

No prólogo de seu livro, Maria Firmina se justifica por não seguir os padrões da época. Suas declarações enfatizam a desvalorização atribuída ao romance escrito por uma mulher, negra, portanto, diaspórica por ser oriunda de um contexto de colonização e de pouca escolaridade numa sociedade dominada pelos homens “brancos”. E ainda chama atenção para seu lugar de fala. Observemos o fragmento a seguir:

Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo *a língua de seus pais, e pouco lida* (grifo nosso), o seu cabedal intelectual é quase nulo. (REIS, 2009, p. 13).

Nessa apresentação a autora duplamente se reconhece: como mulher de educação acanhada e desrespeitada pelos homens, “sem o trato e conversação dos homens”, como escritora, porém com uma grande diferença: ela é conhecedora da realidade plasmada em sua obra.

Pode-se afirmar que Maria Firmina dos Reis pertence ao que no Pós-colonialismo<sup>4</sup> se nomeia de autores da diáspora, por pertencer a grupos de autores oriundos do contexto de colonização. Sua obra representa os grupos excluídos, marginalizados e

oprimidos e, necessariamente, em ligação direta com o momento de colonial.

Para melhor compreensão dessa proposta de análise do romance, faremos uma pequena incursão ao processo de diáspora negra no Brasil, a partir dos referenciais de Hall (2003) e Walter (2009), seguidos de alguns apontamentos sobre o papel do negro na literatura brasileira do século XIX. Finalizamos com a análise da narrativa, pontuando a representação das personagens femininas no romance *Úrsula*.

### **De Africano a Escravo: uma questão diaspórica**

A história da humanidade é repleta de acontecimentos diaspóricos, seja no período de colonização e ocupação de espaços territoriais ou até mesmo no mundo contemporâneo, quando as pessoas saem em busca de vida melhor, seja por motivos de miséria local ou até de guerras. Para Walter (2009), a diáspora (do verbo grego *speiro* que significa “semear”, “disseminar”), está relacionada à perda do país natal e ao desejo da volta. Stuart Hall (2003) também se dedica a definir o termo, ressaltando que está relacionado aos fenômenos migratórios dos ex-países coloniais para as antigas metrópoles. Segundo Hall (2003, p. 26) “Na diáspora, as identidades se tornam múltiplas” ou seja, a partir do processo diaspórico os indivíduos são açambarcados por uma série de costumes, que até então lhes eram indiferentes. E nesse processo de atravessamento, absorvem novas práticas culturais e passam a ressignificá-las, porém, não esquecendo suas origens. Esses assujeitados normalmente mantêm o desejo de retorno à sua terra, pois, além do processo de hibridização, o desejo de retorno também caracteriza o evento diaspórico. Segundo Benedict Anderson, (*apud* Hall, 2003, p. 26), nesse processo, o sentimento de pertencer é algo móvel, não estanque, construído.

A diáspora africana é outro exemplo marcante desse evento. Durante o processo mais longo de migração *forçada* da história da humanidade, no período de escravidão, milhões de africanos foram impelidos à escravidão em outros países. A partir do século XV, período de reinvenção da escravidão no Novo Mundo, a África foi ocupada por potências europeias. Nesse sentido, a diáspora negra foi responsável pela construção de vários países que usaram da mão-de-obra escrava para edificarem suas nações.

A partir desse contexto, a referência caribenha, colocada por Stuart Hall no Artigo “Pensando a Diáspora – Reflexões sobre a terra no exterior” (2003) é um bom exemplo sobre a questão da diáspora africana, já que esse texto trata da experiência diaspórica tanto de negros africanos levados ao Caribe como escravos pelos britânicos e também dos afro-caribenhos que migraram para Londres e lá reconstruíram suas vidas.

Pode-se deduzir que em qualquer processo diaspórico, por motivos diversos, os indivíduos parecem ter um desejo em comum: o desejo de retorno, que nem sempre é possível, mas que se fixa na mente desses povos disseminados pelo mundo. Segundo Stuart Hall (2003, p. 29), “a identidade cultural é atemporal, é a autenticidade à tradição cultural das origens que liga ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta”.

No entanto, mesmo que consigam retornar a sua terra natal, acabam se sentindo deslocados por estarem habituados à terra anterior, “são vistos como se os elos naturais e espontâneos que antes possuíam tivessem sido interrompidos por suas experiências diaspóricas. Sentem-se felizes por estar em casa. Mas a história, de alguma forma, interveio irrevogavelmente.” (CHAMBERS apud HALL, 2003, p. 27).

Durante esse período de colonização, é importante observar a influência do povo africano na identidade cultural dos países que o exploraram, e observar ainda como o colonizador influenciou na identidade cultural desse povo. Devemos pensar a diáspora no

sentido mais amplo, pois ela muda os que partem, os que estão e os que chegam. Para Hall:

[...] a cultura não é apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno. Não é uma “arqueologia”. A cultura é uma produção. [...] Mas o que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem por nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar (HALL, 2003, p. 44).

Dessa forma, é impossível separar identidade e cultura e essa questão se torna mais nítida quando se aborda o processo migratório. A diáspora africana para o Novo Mundo foi conduzida e disseminada pelos países europeus por proporcionar grande fonte de lucro. Retirar, violentamente, africanos de suas comunidades, forçando-os a trabalhar como escravos em terras distantes foi a solução encontrada pelas potências europeias para explorar as riquezas e povoar as colônias do Novo Mundo. A colônia portuguesa, por exemplo, dependia de mão-de-obra africana para atender às necessidades de uma economia carente no Brasil. Esse processo trouxe consequências cruéis para as sociedades africanas. Além do sofrimento causado pela separação forçada de indivíduos de suas comunidades e famílias, promoveu o esvaziamento populacional de muitas regiões da África.

Para os europeus, o tráfico era justificado como instrumento da missão evangelizadora dos infiéis africanos. Para a Igreja Católica, a salvação das almas dos africanos pagãos se faria no Brasil. De acordo com Carvalho:

Entre os portugueses eram comuns batismos coletivos em africanos nas etapas que precediam a viagem atlântica. A Coroa Portuguesa ditava



como exigência o abandono da condição de pagão, já que uma das justificativas para a escravidão, era o discurso que defendia a salvação das almas através do cativo. (CARVALHO, 2010, p. 16)

Sobre a viagem nos tumbeiros pelo oceano, restaram poucos depoimentos sobre o que se passava no interior dos navios. O relato de um ex-escravo africano, que viveu os horrores da escravidão, apresenta uma pequena visão desse infortúnio:

Fomos arremessados, nus, porão adentro, os homens apinhados de um lado e as mulheres do outro. O porão era baixo que não podíamos ficar em pé, éramos obrigados a nos agachar ou a sentar no chão. Noite e dia eram iguais para nós, o sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. Ficamos desesperados com o sofrimento e a fadiga. Oh! A repugnância e a imundície daquele lugar horrível nunca serão apagadas de minha memória. Não: enquanto a memória mantiver seu posto nesse cérebro distraído, lembrarei daquilo. Meu coração até hoje adoce ao pensar nisto. (BAQUAQUA, 1854, p. 272, *apud* ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006).

Os escravos africanos vieram destinados a trabalhar e a servir nas grandes plantações e nas áreas urbanas, no entanto, eles e seus descendentes fizeram muito mais do que plantar, explorar e produzir riquezas. Os africanos tiveram um papel civilizador e mais que isto, o papel humanizador no Brasil, visto que transmitiram à sociedade em formação, a diversidade de elementos da sua cultura, que foram plasmados ao painel cultural brasileiro. De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 43) “o tráfico fora feito para escravizar africanos, mas terminou também africanizando o Brasil”.

A escravidão no Brasil pode ser considerada muito mais do que um sistema econômico, pois estabeleceu desigualdades sociais e raciais e definiu valores. A partir da escravidão instituíram-se os lugares em que as pessoas deveriam ocupar na sociedade, quem mandava e a quem deveriam obedecer. Posto isso, apreende-se que

o perfil da sociedade brasileira no período colonial e imperial era nitidamente escravagista, de segregação racial, visto que, mesmo os negros que conseguiam alforria ou eram libertos, e até mesmo os mestiços, eram apontados como inferiores aos brancos.

A visão do negro como “coisa” ou “objeto” desprovido de qualquer humanidade é histórica e literariamente conhecida. Muitas obras literárias apresentam o negro aprisionado por um olhar que insiste em considerá-lo como o estranho, o diferente, o outro, o inferiorizado pelo olhar do colonizador<sup>5</sup>. No século XIX presentifica-se a visão estereotipada do negro que vai prevalecer por muito tempo na literatura, com algumas variações. É o caso da escrava *Isaura*, do livro homônimo de Bernardo Guimarães, publicado em 1872, e de Raimundo, o mulato de olhos azuis de *O mulato*, de Aluísio Azevedo, publicado em 1881. Esses estereótipos são identificados claramente com a aceitação da submissão, apesar da bandeira abolicionista que B. Guimarães pretende empunhar e da denúncia do preconceito assumida por Azevedo. Envolve, entretanto, procedimentos que, com poucas exceções, indiciam ideologias, atitudes e estereótipos da estética *branca* dominante. Preterido, portanto, o papel dos grupos étnicos desprestigiados por esta tradição, entram em cena outros escritores pouco conhecidos até a atualidade. No Maranhão do século XIX, apesar de pouco conhecidas, temos alguns destaques. O escritor maranhense Trajano Galvão nasceu em Barcelos, Vitória do Baixo Mearim, (19/01/1830 e faleceu a 14/07/1864). Apesar do pouco tempo de vida, Trajano Galvão de Carvalho, amigo da vida campesina por ser o fazendeiro, com seu livro de poemas *Sertanejas* (1898) se propõe a cantar o negro escravo e em tom sério, refletindo sobre a condição do ser escravo e do peso da perversa escravidão num mundo construído, sistematizado e controlado pelo europeu. No poema “Nuranjan”, apresenta a meditação e devaneio da escrava, para mostrar o grau de consciência da perda da sua liberdade:

“- Em que scismo? Em que scisma a captiva?  
Ah! Da negra o que importa o scismar?  
D’estes sonhos ninguém não me priva;  
Ah! Deixai-me, deixai-me sonhar?...  
Vês a Lua que brilha serena, Solitária – como alma que pena –  
A vagar pelos campos d’alem?...  
Porque os brilhos co’a a noite despende?  
Quem na leira os sorrisos lhe entende? Em que scisma?...  
Não sabe ninguém.” (GALVÃO, 1898, p. 69)

Nuranjan pensa sobre a condição de escravidão a que é submetida, uma vez que só lhe é permitido sonhar em ser libertada. Outro caso singular na literatura do século XIX é o romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, publicado em 1859, também no Maranhão, um romance que apresenta a atitude política de denúncia da escravidão negra no Brasil, de denúncia do papel submisso da mulher na sociedade patriarcal e conservadora daquele século, da exclusão do negro e dos dramas sociais aos quais eram submetidos. Em 1975, a obra-prima romanesca de Josué Montello *Os tambores de São Luís* apresenta o cenário da escravidão negra do Brasil colonial, centrado em Damião, num escravo orgulhoso, embora resignado, é também um texto que dá voz ao negro. O negro na sua luta, nas suas revoltas e na sua redenção. Embora se passe numa única noite, que compõe uma parábola perfeita entre o seu começo e o seu imprevisto desfecho, o livro abarca todo um largo período de vida brasileira entre 1838 e 1915, com seus clérigos, seus políticos, seus escritores, seus tipos populares. E tudo isso a se desenrolar com o fundo sonoro dos tambores, rituais da casa das negras-minas, tocados ao longo da grande noite pela nostalgia, pela fé, pela revolta e pelo o júbilo dos antigos escravos.

Enquanto o indígena está entre as mais bem acabadas formas de expressão do Romantismo brasileiro e foi elevado à categoria de símbolo da nacionalidade do país, assemelhado ao herói medieval,

com comportamentos selvagens e dotados de sentimentos nobres (Candido,1999), o negro, apesar de sua expressiva contribuição à formação da cultura brasileira, passou e passa por um processo de exclusão. Em virtude de sua condição de escravo, a herança africana era considerada menos digna.

Na literatura dos séculos XVI a XIX, a presença do negro é substancialmente pequena, com poucos personagens, silenciados, estereotipados e, aparentemente, sem importância no enredo. Daí nossa compreensão de que a função sociocultural e econômica do negro nesses séculos era vista como um “artigo” altamente lucrativo e socialmente inferiorizado. Nesse sentido, observamos que o contexto histórico da época é fator preponderante para as contribuições de Maria Firmina dos Reis, em especial na obra *Úrsula*, nosso objeto de análise.

## **O Negro no Romance *Úrsula***

Em *Úrsula* (1859), o negro é apresentado sob uma nova perspectiva não mais em condição de subalternidade. Maria Firmina dos Reis constrói o negro africanamente, como crítico do sistema escravocrata, seja por seus atos, pensamentos ou voz na narrativa. Nesse romance, as personagens negras parecem ser todas secundárias, no entanto são fundamentais à narrativa, por apresentarem papéis importantes ao desenrolar da narrativa. Segundo Mendes (2007), são as personagens negras e escravas que fazem com que o romance adquira um tom de denúncia, além de expressar sentimentos de igualdade, fraternidade e liberdade, misturados à submissão e à revolta.

Segundo Anatol Rosenfeld (1976, p.12), é na obra que a personagem se adensa e se cristaliza, é e através dela que a camada imaginária torna patente a ficção. E ao definir o papel da personagem na obra de arte ficcional, afirma que:

[...] a grande obra-de-arte literária (ficcional) é o lugar em que nos defrontamos com seres humanos de contornos definidos e definitivos, em ampla medida transparentes, vivendo situações exemplares de um modo exemplar (exemplar também no sentido negativo). Como seres humanos encontram-se integrados num denso tecido de valores de ordem cognoscitiva, religiosa, moral, político-social e tomam determinadas atitudes em face desses valores. Muitas vezes debatem-se com a necessidade de decidir-se em face da colisão de valores, passam por terríveis conflitos e enfrentam situações-limite em que se revelam aspectos essenciais da vida humana: aspectos trágicos, sublimes, demoníacos, grotescos ou luminosos. (ROSENFELD, 1976, p. 46).

Maria Firmina dos Reis, em sua narrativa de ficção, não generaliza o escravo ou aborda a escravidão como conceito abstrato, mas o individua ao caracterizar três personagens: Túlio, Susana e Antero. Essas personagens apresentam características humanizadoras, e representam seres humanos numa perspectiva inovadora para a época em que a literatura e a sociedade davam maior visibilidade à superioridade do homem branco.

Desse modo, Túlio vivia o conflito de ser escravo, embora “a escravidão não lhe embrute a alma”. E mesmo tomado pelo sofrimento que a escravidão gera, ele permanece sempre apaixonado pela liberdade, pela vida e é capaz de sentimentos nobres, dignos, desinteressados e de amizade, como descreve a autora no fragmento: “Os generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros como sua alma. Era infeliz; mas era virtuoso; e por isso seu coração enteneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista” (REIS, 2009, p. 23)

Maria Firmina, contrapondo-se aos estereótipos já construídos sobre o negro noutra perspectiva, agora apresenta a imagem do escravo bom, fiel, humanizado. A personagem Preta Susana se destaca como a voz da África, aquela que corresponde à memória coletiva de seu povo. A partir da memória de Susana, somos transportados para seu lugar de origem, para sua vida que fora

interrompida pelo processo colonizador, para a viagem no navio negreiro em condições desumanas.

Susana é a imagem do africano que passou pelos processos de animalização e coisificação. É ela quem explica ao jovem Túlio o sentido de liberdade para o africano, já que para ela, ser alforriada e ter a liberdade, segundo as leis do sistema escravocrata, não é ter posse do verdadeiro sentido de liberdade. Mas, como assinala Walter (2009), o sujeito da diáspora encontra-se em situação antagônica entre a perda do país natal e o desejo da volta.

– Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... ah! Eu a gozei na minha mocidade! – continuou Susana com amargura – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria às descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: – uma filha, que era a minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! (REIS, 2009, p. 115).

Preta Susana descreve cenas marcantes de sua captura, a separação da sua família e da terra natal, a desumana viagem e como eram tratados como animais. Devido aos maus tratos e às péssimas condições de sobrevivência no interior dos navios, muitos deles morriam. O relato faz compreender e imaginar o motivo pelo qual as embarcações dos escravos eram chamadas de “navios tumbeiros”:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida; passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Dava-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (REIS, 2009, p.117)

Com os relatos de Susana, a autora denuncia a violência com que os negros eram tirados da África e as atrocidades a que milhares de africanos foram obrigados a vivenciar durante a viagem pelo Atlântico. A autora dá voz a uma personagem que vivenciou a liberdade na África e a escravidão no Brasil, de modo que a escravidão nunca foi naturalizada em seu ser. Nascimento (2009) ressalta ainda que a Preta Susana assume para si a coletividade, a interrupção de milhões de vidas que foram tiradas de suas nações, costumes e experiências dilaceradas pelo processo colonizador.

A terceira personagem negra do romance é Antero, que, assim como Preta Susana, é a representação do ser diaspórico e portador da memória da África. A sua caracterização na narrativa segue os estereótipos do negro da época, como ser humano embrutecido e viciado: “Antero era um escravo velho, que guardava a casa, e cujo maior defeito era a afeição que tinha a todas as bebidas alcoolizadas.” (REIS, 2009, p. 205).

Mesmo em condição servil, a personagem aparece como um escravo saudosista, que sente falta da pátria perdida e lembra o quanto era feliz, fazendo alusão às festas e bebidas que tomava. Lamenta a vida como escravo justificando seus atos, pois somente

o seu vício lhe permite suportar a escravidão. Assim, Antero encontra na bebida uma válvula de escape para fugir da dura realidade de ser escravo.

Segundo Silva (2010), Maria Firmina dos Reis construiu em sua obra a imagem do escravo que tem individualidade, que tem voz, contando a sua própria história. Desse modo, as personagens que, por muito tempo foram tratados como inferiores e sem voz na literatura e história social brasileira, são humanizadas pela autora e igualadas às personagens brancas. O escravo, em *Úrsula* (1859), não é apenas uma vítima da escravidão, é dotado de sentimentos, de caráter, e saudoso de sua África distante.

### **A Representação das Personagens Femininas no Romance *Úrsula***

Durante o período colonial brasileiro, com o poder da família patriarcal, a mulher desfrutou de pouca ou nenhuma liberdade em comparação ao homem: “As mulheres eram destinadas à obediência e a procriação” (SILVA, 2010, p. 28), ou seja, cabiam a elas serem boas esposas e boas mães, e pertenciam ao espaço doméstico.

Na literatura, a voz da mulher como escritora também passou por um processo de emudecimento, por serem consideradas inferiores. No entanto, Maria Firmina dos Reis, mesmo tendo consciência do lugar inferior que à mulher era destinado no século XIX e das amarras socioculturais que limitavam a prática literária feminina, ousou, resistiu e rompeu as limitações da sociedade e do tempo em que viveu, pelo aspecto de denúncia no romance *Úrsula* (1859). O romance evidencia os pensamentos de mulheres e negros escravizados, com as diferentes características, individualidades e experiências, que fogem do estereótipo definido pela sociedade literária da época.

Nascimento (2009) destaca que existem três conquistas no romance de Maria Firmina dos Reis: a conquista da identidade, da



escritura e a conquista das identidades buscadas pelas personagens femininas que efetuam, em suas caracterizações e vozes, a sua convicção acerca dos personagens masculinos autoritários, que representam o poder em forma de opressão.

A autora, ao construir as personagens femininas Úrsula, Adelaide, Luísa B..., a mãe de Tancredo e a negra Susana, as apresentou, a partir de um olhar diferenciado, o que permite inferir que o comportamento desses personagens não se limita ao de mulheres idealizadas para os padrões daquela época. E assim contribui para a ruptura de paradigmas sociais e culturais do século XIX. Segundo Nascimento (2009), as mulheres, em *Úrsula*, representam uma transgressão à sociedade conservadora e escravocrata, evidenciando a resistência à submissão e à crítica ao mandonismo patriarcal

De todas as personagens da narrativa, Úrsula é a única que se contrapõe essa transgressão social. Ela representa a figura da mulher ideal da sociedade patriarcal da primeira metade do século XIX. Ou seja, o modelo da figura feminina da época, “bela, recatada e do lar”, sendo ainda apresentada retratada como pura, delicada, honesta, obediente, caridosa e dócil, conforme o fragmento:

Úrsula [...] anjo de sublime doçura [...]. Bela como o primeiro raio de esperança [...]. Era ela tão caridosa... tão bela... e tanta compaixão lhe inspirava o sofrimento alheio, que lágrimas de tristeza e de sincero pesar se lhe escaparam dos olhos, negros, formosos e melancólicos (REIS, 2004, p. 32-33).

A personagem Úrsula é “um anjo de beleza e de candura” (REIS, 2004, p. 27). Ela não tem interesses próprios e aceita de forma resignada grande parte das situações que a vida lhe impõe. A personagem tem personalidade submissa, é obediente, respeita a mãe, assim como toda filha deveria ser.

Vale ressaltar que a idealização da mulher marcou as representações sociais que se criaram a respeito do sexo feminino. Sobre isso, Proença Filho (1995, p. 224), afirma que “[...] a mulher, entre os românticos, aparece convertida em anjo, em figura poderosa, inatingível, capaz de mudar a vida do próprio homem”. A partir disso, pode-se afirmar que a personagem Úrsula é o exemplo de comportamento social para as convenções da sociedade patriarcal da época a ser seguido, é a personificação da mulher ideal e dos padrões corretos.

Nota-se, enfim, que na construção da personagem Úrsula está a representação social sobre como era ser mulher branca na primeira metade do século XIX no Brasil: deveria ser submissa e de natureza dócil. Além disso, deveria sempre servir ao homem. As jovens deviam respeito e obediência à família e realizavam apenas as tarefas domésticas.

No romance há outra jovem mulher, considerada o perfil oposto ao de Úrsula. No início da narrativa, ela segue o estereótipo da mulher de bem. Ela era jovem, pura, bela, dedicada, preenchendo, assim, todos os requisitos para ser uma boa esposa. Mas a imagem de uma mulher doce cede espaço para seu lado de mulher interesseira. Desse modo, Adelaide surge simbolizando a luxúria. A partir daí, muda a forma como Tancredo a vê, pois, segundo o rapaz, “a mulher, que tinha ante meus olhos, era um fantasma terrível, era um demônio de traições [...] Parecia horrível, desferindo chamas dos olhos, e que me cercava e dava estrepitosas gargalhadas.” (REIS, 2004, p. 88)

De acordo com Nascimento (2009), ao se aproximar da luxúria, Adelaide encarna a figura da mulher objeto, seu corpo passa a representar a carne sexualizada e os prazeres do corpo feminino oferecido ao homem. Sua diferença em relação às outras personagens femininas deve-se ao fato de ela ser apresentada pela narradora como mulher promíscua, visto que, naquela época, a mulher poderia ser representada como amante, mas nunca amante e ao mesmo tempo mãe, religiosa, esposa. Ou era amante ou esposa e religiosa.

Nota-se, portanto, que a mulher “branca” no século XIX, basicamente, era construída sob duas perspectivas: a mulher doce, frágil, respeitável e dedicada ao marido e aos filhos, assim como a personagem Úrsula; e a mulher vulgarizada, ambiciosa, pecadora, que se entregava aos prazeres carnavais e merece ser punida, representada por Adelaide.

Além dessas características, a figura feminina sempre esteve associada à maternidade. Desse modo, é apresentada, seguindo a narrativa, a Mãe de Tancredo: a personificação da mulher-mãe, incorporando em si todas as representações da maternidade. Mendes (2013) ressalta que ela não é uma mulher individualizada, ela é a mãe, símbolo de docilidade e desprendimento, de renúncia e amor incondicional ao filho.

A narradora utiliza a mãe de Tancredo para criticar o casamento postulado por meio de dotes, considerando que, durante a primeira metade do século XIX, privilegiavam-se as uniões entre pessoas da mesma condição social. Destaca-se, nessa personagem, seu comportamento submisso em relação ao marido, pois:

[...] a submissão feminina ao homem é entendida, nesse período, como adequada, como natural. Assim, apesar de ser casada com um homem tirânico, a mãe de Tancredo continuava mantendo sua áurea santificada, pois esse era o comportamento apropriado esperado para a mulher de boa índole. (MENDES, 2013, p. 124).

É por meio do relato de Tancredo que se revela o comportamento opressor do pai em relação à mulher:

É que entre ele e sua esposa estava colocado o mais despótico poder: meu pai era o tirano de sua mulher; e ela, triste vítima, chorava em silêncio e resignava-se com sublime brandura. Meu pai era para com ela um homem desapiedado e orgulhoso – minha mãe era uma santa e humilde mulher. Quantas vezes na infância, malgrado meu, testemunhei

cenas dolorosas que magoavam, e de louca prepotência, que revoltavam!  
(REIS, 2004, p. 60)

Considerando a época em que o romance foi escrito e sua autoria feminina, percebemos o tom de denúncia a respeito do comportamento do marido em relação à sua esposa. Conforme explica Nascimento (2009), a narradora, ao usar a fala de uma personagem masculina para denunciar as humilhações sofridas por uma personagem que representa a esposa no espaço doméstico, ameniza a crítica sobre o patriarcalismo. O filho tomando as dores da mãe torna-se muito mais aceitável do que se a própria mãe de Tancredo refletisse sobre sua condição de humilhada.

Situação semelhante se dá com outra personagem do romance. Luísa B... uma mulher viúva, parálitica e que vive sob os cuidados de sua filha, Úrsula. A vida de sofrimento foi causada por dois homens: seu irmão, Fernando P..., e seu marido, Paulo B... Luísa desacata a vontade do irmão, para casar-se com um “[...] pobre lavrador sem nome, sem fortuna” (Reis, 2004, p. 108), em uma sociedade que via no casamento um negócio entre famílias. Após o casamento, contudo, a vida de Luísa se transforma:

[...] este desgraçado consórcio, que atraiu tão vivamente sobre os dois esposos a cólera de um irmão ofendido, fez toda a desgraça da minha vida. Paulo B... não soube compreender a grandeza de meu amor, cumulou-me de desgostos e de aflições domésticas, desrespeitou seus deveres conjugais, e sacrificou minha fortuna em favor de suas loucas paixões. (REIS, 2004, p. 102).

Luísa B, segundo Nascimento (2009), representa o limite extremo da opressão do homem sobre a mulher. Ela encarna o próprio sofrimento, sua imagem toda construída pela imobilidade, pela prostração em uma cama por motivos de saúde, falência financeira e desamparo, apenas aliviado pela filha são elementos que

denunciam os resultados da opressão masculina e seus efeitos sobre o corpo feminino, o corpo físico e psicológico.

Seguindo a narrativa, por fim, é apresentada a personagem negra Susana com fortes valores morais e sob três condições: ela é mulher, mãe e escrava. Dessa forma, sendo mulher e escravizada, Susana sofre mais com os males do mandonismo patriarcal. Por meio dessa personagem, o romance *Úrsula* denuncia a escravidão em todos os seus aspectos: a retirada violenta de sua terra natal, o abandono forçado de sua família, os horrores vividos durante a viagem nos navios negreiros, a forma desumana com que os escravos eram tratados pelos seus senhores e como era viver sem ter o direito à liberdade. Ou seja, Susana pode ser considerada o que Hall (2003, p. 26) afirma ser o sujeito diaspórico, portanto, de identidade múltipla que, embora tenha absorvido novas práticas culturais, não esquece suas origens.

Mesmo em cárcere, humilhada e torturada, Susana não perdeu seus ideais, manteve-se leal apesar de saber que isso poderia lhe custar a própria vida. Embora sofrendo com a escravidão, ela conservava sentimentos nobres. Não só isso, durante toda a narrativa, essa personagem representa a força da mulher.

### **Considerações finais**

Consideram-se literaturas das diásporas aquelas produzidas por autores oriundos dos contextos de colonização, autores pertencentes a grupos excluídos, marginalizados, oprimidos e, necessariamente, em ligação direta como o momento colonial. Nesse sentido, o romance *Úrsula* (1859) se enquadra nesse perfil da diáspora pelo fato de ser produzido em um país colonizado, escrito por uma mulher negra, com pouca escolaridade, socialmente excluída, portanto, diaspórica.

Em nosso estudo e observação da representação do negro e da mulher na literatura brasileira, percebemos, na narrativa de Maria

Firmina do Reis, que a voz da mulher como escritora, apesar de pouco estudada pela crítica e, por muito tempo à margem, ou condenada ao beco, sinaliza o início do enfrentamento da barreira da exclusão das mulheres nas letras brasileiras, do século XIX, ao publicar uma obra que aponta as identidades culturais a partir do ponto de vista do oprimido.

*Úrsula* (1859) é um dos primeiros romances românticos que aborda a perspectiva abolicionista em seu enredo e problematiza questões que ainda hoje são relevantes para a literatura contemporânea, ao denunciar os dramas sociais aos quais a mulher e o negro – na condição de escravo - eram submetidos.

O discurso antiescravagista perpassa praticamente toda a narrativa e as personagens negras que, por muito tempo, foram tratados como inferiores e sem voz pela literatura são igualados às personagens brancas. O escravo, mesmo como sujeito diaspórico que é, mesmo vítima da escravidão, mesmo coisificado, ainda assim consegue ser dotado de sentimentos nobres. É aquele indivíduo que, embora esteja assimilado no seu exílio involuntário, é saudosos de sua África ausente. Sobressai na narrativa a condição vivida pelas personagens africanas arrancadas de suas terras e famílias para serem destinadas ao trabalho forçado.

O romance apresenta uma crítica à colonização brasileira em todos os aspectos, através das vozes das personagens, evidenciando os pensamentos de mulheres e negros escravos, de modo que apresentam essas personagens com características diferentes, ou seja, com suas individualidades e experiências, fugindo do estereótipo definido pela sociedade da época. A escritora constrói a personagem negra, criticando o sistema escravocrata, seja por seus atos, pensamentos ou voz na narrativa. Observa-se, ainda, que à exceção de *Úrsula*, as personagens femininas não correspondem aos perfis de mulheres idealizadas para os padrões daquela época.

Espera-se que esta discussão suscite outras discussões e reflexões, não apenas a respeito da diáspora pós-colonial, mas como

um substrato a estudos de outros tipos de colonialismos contemporâneo como o do poder e do saber.

## Referências Bibliográficas

AGOSTINHO, Régia. A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão. *In: Leitura. Teoria & Prática*, v. 56, p. 11-19, 2011.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil. Salvador*. Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BRAGA, Teófilo. *História do Romantismo em Portugal*. Lisboa, 1984, p. 99.

CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes*. 3. ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 1999.

CANDIDO, Antônio, ROSENFELD, Anatol, PRADO, Décio de Almeida Prado & GOMES, Paulo Emílio Salles. *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

CARBONIERI, Divanize. Pós-Colonialidade e Decolonialidade: rumos e trâmites. *In Revista Labirinto*, ano XVI, vol. 24, n.1, Universidade Federal de Rondônia.

CARVALHO, Flávia Maria de. Diáspora africana: travessia atlântica e identidades recriadas nos espaços coloniais. *In: MNEME – Revista de Humanidades*, 11 (27), 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme>. Acesso em: 08/11/2018.

CARVALHO, Trajano Galvão de. *Sertanejas*. Edição da Imprensa Americana Fabio Reis & CIA. Rua da Assembleia, 75. Rio de Janeiro, 1898.

EVARISTO, C. Questão de pele para além da pele. *In: RUFFATO, Luiz (Org). Questão de pele. Contos sobre preconceito racial*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2007.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guarda Resende. Belo Horizonte: Editora

UFMG, 2003.

QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas*

latino-americanas. Buenos Aires Lugar - CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

MENDES, Algemira. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. 2006. Tese de Doutorado em Letras –PUC-RS

MENDES, Melissa Rosa Teixeira. *Uma análise das representações sobre as mulheres no Maranhão da primeira metade do século XIX a partir do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. São Luís, 2013.

MONTELLO, Josué. Os Tambores de São Luís. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1978.

PINHEIRO, Thayara Rodrigues. *Vozes femininas em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, “uma maranhense”*. 2016. 94 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. 1ª Ed., Florianópolis: Mulheres: PUC Minas, 2009.

SILVA, Lianzi dos Santos. *Mulheres em cena: as novas roupagens do primeiro damismo na assistência social*. 2010. PUC-RIO.

TELLES, Norma. Rebeldes, Escritoras, Abolicionistas. *Revista de História*. São Paulo: USP, p.73-83, 1989

TESTA, Letycia Fossatti. *Mulheres sob a ótica patriarcal*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2015.

WALTER, Roland Gerhard Mike. *Afro-América: Diálogos Literários na Diáspora Negra das Américas*. Recife: Bagaço, 2009.

## Notas

<sup>1</sup> Considera-se “literatura das diásporas” aquela produzida por autores oriundos dos contextos de colonização; autores pertencentes a grupos excluídos, marginalizados, oprimidos; necessariamente em ligação direta com o momento colonial.



<sup>4</sup> De acordo com a professora Divanize Carbonieri, no artigo “Pós-Colonialidade e **Descolonialidade rumos e trâmites**”, publicado na *Revista Labirinto*, ano XVI, vol. 24, n.1, da Universidade Federal de Rondônia, 2016, pp. 280-300, considera-se literatura das diásporas ou literatura pós-colonial a literatura de povos que viveram a experiência do colonialismo. Outro conceito a ser considerado é o de literatura pós-colonial, que pode ser entendida como toda a produção literária dos povos colonizados pelas potências europeias entre o século XV e XX.

<sup>5</sup> Considera-se colonizador na atualidade, o indivíduo que insiste em segregar grupos, ou pessoas por suas diferenças étnicas, ou de gêneros.